



**MUNICÍPIO DE  
TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2013/2017**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2015/04/24**

## **Ata da sessão da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2015**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda sessão ordinária de dois mil e quinze da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto – Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de ; -----**
- 3. Análise e votação da segunda revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze; -----**
- 4. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e catorze. -----**

----- Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Guilherme Coelho Alves, assumindo o senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário a senhora Marinha Esteves. -----

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Senhores Vereadores Dr.<sup>a</sup> Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove.

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e iniciou o período de intervenções alusivas à efeméride «**25 de abril**», sendo que, depois de divulgar a ordem sequencial de intervenção das bancadas parlamentares, face aos resultados obtidos nas eleições autárquicas, concedeu a palavra ao representante do Movimento Partido da Terra, senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa que iniciou a sua intervenção com a leitura do documento que de seguida se transcreve na íntegra: -----

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----*

*Senhor Presidente da Câmara,-----*

*Caros colegas Deputados Municipais,-----*

*Caros cidadãos,-----*

*No ano passado comemoramos o quadragésimo aniversário da revolução de Abril com grande destaque nacional. Felizmente que esta Assembleia Municipal, este ano, decide marcar esta data tão importante para Portugal e para o povo português, mesmo que com a passagem do tempo se esfume a importância da revolução. Este ano, prefiro lembrar os quarenta anos sobre as primeiras eleições livres em Portugal depois de uma ditadura de quase meio século. Eleições que só foram possíveis graças à revolução dos cravos, que a todos proporcionou a liberdade de debater, exprimir e defender uma ideologia e uma posição política sobre o que desejavam para o país. Antes de 74, existia um partido e 1,3 milhões de eleitores. Logo a seguir à revolução passaram a existir mais de 6 milhões de eleitores e cerca de uma dezena de partidos políticos na corrida à Assembleia Constituinte. O país cumpriu um dos desígnios de Abril: todos os portugueses maiores de dezoito anos tiveram a liberdade de voto, independentemente do género e da condição social. Num ano se conseguiu algo que nunca tinha acontecido até então: construiu-se do zero os cadernos eleitorais, as urnas, a logística para que, em todo o país, todos pudessem usar o seu novo direito cívico. Memoravelmente a afluência às urnas foi de 91,7% de eleitores. Volvidos quarenta anos muito mudou. O eleitorado perdeu a energia interventiva de Abril. A política perdeu o seu crédito. Os agentes políticos passaram a ser considerados como mediadores de interesses pessoais, corporativos e a política passou a ser entendida como forma de assegurar o futuro profissional e o trampolim para outros voos em troca dos favores. Essa pode ser a explicação para que os níveis de abstenção sejam cada vez mais preocupantes. Não é a melhor forma de protesto para a mudança porque nada mudou com uma elevada abstenção. A política nacional continua a ter parte responsável no descrédito junto do eleitorado. A idoneidade dos eleitos ainda é uma zona cinzenta, que esconde sempre uma polémica, uma falta cometida no passado e com isso se procura criar assunto político para ataques entre partidos e oposições. Como pode o eleitorado confiar em quem se propõe a governar quando sabem das faltas que um primeiro-ministro teve em relação ao pagamento de impostos; quando existe favores como os vistos gold; quando existe um ex-primeiro-ministro preso por suspeitas de enriquecimento ilícito? Como podemos deixar que nos governem quando os próprios partidos têm dificuldades de resolver as finanças internas? O povo não acredita na política quando a vida privada é sobreposta às ideias tão necessárias, para que o país saia da crise de rumo em que vive mergulhado. Não se pode ter credibilidade quando as prioridades estão invertidas. Também antes do 25 de Abril havia cofres cheios; também antes do 25 de Abril a fronteira era o destino de muitos.*

*Tal como hoje, amanhã vamos continuar a conviver com as dificuldades sociais e económicas. Infelizmente, há semelhanças entre os tempos atuais e os tempos da ditadura. Passados quarenta anos das primeiras eleições livres era bom sinal que estivéssemos em mudança e, apesar de toda a desgraça, existam movimentos novos, partidos com menor expressão ou independentes que possam ganhar lugar no debate público, nacional e regional. Estes poderão ser as forças de incómodo em relação à passividade dos grandes partidos, confortados na sua posição maioritária, e a esperança do eleitorado nas novas ideias e na defesa das populações, quando já não acreditam e não têm outra forma de serem atendidas por quem as governa. É importante que essas forças sejam capazes de se manterem e de corresponderem às expectativas em quem depositou um voto, por acreditar na diferença que ainda é possível existir e assim possam continuar o seu trabalho sem receios que os incomodados, os mais representados, imponham as suas regras e provoquem o silêncio. Escolhi relembrar as primeiras eleições livres por ser um acontecimento só possível com a revolução de Abril e para relembrar que um voto é muito poderoso e que pode marcar a mudança política. A liberdade é isso mesmo: permitir que por um voto se ganhe e por um se perca dependendo da vontade do povo.-----  
Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!”-----Final  
de intervenção do MPT. -----*

Posteriormente, assumiu a palavra o senhor deputado representante da Coligação Democrática Unitária – Partido Comunista Português, senhor deputado Alexandre Pereira que procedeu então à sua intervenção conforme documento que de seguida se transcreve na íntegra: -----

*“Intervenção Sessão Solene do 25 de Abril-----  
Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----  
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal-----  
Senhor Presidente da Câmara Municipal-----  
Senhores Vereadores,-----  
Minhas senhoras e meus senhores-----  
Celebramos hoje dois acontecimentos que ficaram inscritos na nossa história: os 41 anos da Revolução de Abril e os 40 anos da eleição para a Assembleia Constituinte.--  
41 anos de uma Revolução original que, a partir de um levantamento militar, teve a adesão e o apoio imediato do povo português, criando uma aliança operacional e original do povo com o Movimento das Forças Armadas.-----*

---Aliança que só surgiu e se consolidou porque correspondia à luta e às aspirações do povo português oprimido e reprimido durante 48 anos pela ditadura fascista onde, sem esquecer muitos democratas e patriotas, o Partido Comunista Português teve um papel ímpar na resistência antifascista, na mobilização e na luta dos trabalhadores e do povo pela liberdade e pela democracia, pagando um preço alto de muitas vidas, sofrimento, repressão e perseguição de militantes e dirigentes que deram o melhor das suas vidas, por vezes a própria vida, até chegar a 25 de Abril de 1974.-----

-----Não esquecendo nunca a ação corajosa do sector das Forças Armadas, determinado pelos capitães – a que o povo português e as instituições democráticas têm uma dívida de gratidão – essa aliança foi decisiva, porque sem a iniciativa e o apoio popular, o movimento militar não venceria, tal como o movimento popular sozinho não teria êxito. Movimento popular que quis demonstrar e afirmar de forma clara e inequívoca o seu apoio à revolução, logo nas primeiras horas mas particularmente no dia 1º de Maio em liberdade convocado pela Intersindical, que invadiu as ruas, praças, vilas e cidades do Em todo o processo que se seguiu, nenhuma das suas realizações foi oferecida ao povo português. Nem por salvadores, nem pelo poder político nem pelos militares. Foram por ele conquistados, reconhecidos pelo MFA e consagrados pelos deputados constituintes.-----

-----  
- A liberdade de imprensa, de associação, reunião e manifestação.-----

- Uma nova estrutura económica, liberta do poder dos monopólios travando a sabotagem económica e conduzindo às nacionalizações dos sectores básicos e estratégicos valorizando o papel das pequenas e médias empresas, conquistando a Reforma Agrária, enquanto no Centro e Norte se conquistava o direito ao uso e gestão dos baldios pelo povo.-----

- Os direitos laborais sociais e culturais até aí proibidos e suprimidos: liberdade sindical, direito à greve, a não ser despedido sem justa causa, proteção na infância, na velhice, na doença, no desemprego.-----

- O direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na sociedade, direitos novos para a juventude.-----

- A edificação do Poder Local Democrático.-----

Conquistas que a Assembleia Constituinte consagrou na Constituição da República Portuguesa, que define que é no povo português que reside a soberania do nosso Foi a Revolução de Abril e não outro processo que abriu as portas de Portugal à Europa e ao mundo! Nós sabemos isso! Mas é preciso dizer-lo, particularmente às novas

gerações na medida em que muitos tentam reescrever a história, negar a existência do fascismo, atribuir falsamente o papel de cada um na Revolução e na contra-revolução Durante décadas os sucessivos governos recuperaram e restauraram de novo o poder do grande capital, rasgando ou engavetando compromissos assumidos com o povo e com a Constituição de Abril.-----

Conseguiram destruir as principais conquistas de Abril e novos e velhos senhores recuperaram parcelas de domínio perdido com a Revolução de Abril, amassaram fortunas, agravando as injustiças e as desigualdades.-----

Hoje querem de novo decretar a resignação e a submissão, não suportando, nem a luta, nem os lutadores.-----

Na verdade, 38 anos depois de políticas de recuperação capitalista e de governos da política de direita, está cada vez mais à vista o resultado da longa ofensiva contra Abril que durante todos estes últimos anos temos denunciado e combatido.-----

Ofensiva que para estas Terras de Bouro tem consequências, porque nos roubam os serviços públicos, as escolas, os Centros de Saúde, os Correios, os transportes, as Juntas de Freguesia, e agora até nos querem roubar os baldios, que o 25 de Abril devolveu aos povos.-----

Uma ofensiva que nestes últimos cinco anos assumiu uma dimensão nunca antes vista, com a política dos PEC's do governo PS e do Pacto que PS, PSD e CDS firmaram com o FMI, a União Europeia e o BCE e que o actual governo do PSD/CDS executou com entusiasmante zelo. Uma ofensiva que ampliou e agravou a grave crise económica e social que há muito se manifestava, resultante de anos de política de direita.-----

Uma crise que não está desligada igualmente dos incessantes aprofundamentos da integração capitalista da União Europeia e da expropriação crescente de áreas de soberania e, particularmente da crise aguda da União Económica e Monetária e do Euro e do colete-de-forças imposto ao desenvolvimento de Portugal.-----

Por isso o país tem vivido um dos mais graves e dolorosos períodos desde o fascismo:-----

- acelerado processo de empobrecimento dos trabalhadores e das populações
- crescimento desmesurado do desemprego-----
- ataque aos serviços públicos e às funções sociais do Estado; -----
- novas destruições dos sectores produtivos; -----
- limitação da democracia e pelo comprometimento da soberania nacional.-----

*E nestes cinco anos de PEC's e de Pacto com a "troika", assistimos também à indisfarçável degradação do próprio poder político dominante e seus agentes, marcados pela promiscuidade entre negócios públicos e interesses privados e pelo acumular de casos de corrupção e compadrio.-----*

*-----Minhas senhores e meus senhores-----*

*-----Este ano temos eleições à porta!-----*

*----- Uns proclama, agora na oposição, que estão empenhados na mudança e que é tempo de acabar com esta política de desastre nacional. Mas infelizmente só proclamam, porque na realidade, e naquilo que é determinante para promover a mudança, tal como sempre o têm feito no passado, não alteraram uma linha na sua orientação! Os outros, os que estão de turno no governo, querem meter pelos olhos dentro dos portugueses, e à força de muita propaganda e mentira, que o País " está a dar volta", graças à "excelência" da sua governação e das suas "reformas".-----*

*Mas ao mesmo tempo apresentam o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas para os próximos quatro anos, com a anunciada continuação dos cortes dos salários por mais quatro anos, a manutenção da sobretaxa do IRS, da CES e uma nova e brutal machadada nas reformas e pensões, com o corte de 600 milhões de euros anuais nos rendimentos dos reformados, novos cortes permanentes de 400 milhões de euros na despesa do Estado, que significarão mais despedimentos e novas reduções das funções sociais e o que mais se saberá quando o País conhecer o conteúdo completo de tais programas a apresentar a Bruxelas. -----*

*É assim para os trabalhadores, para os reformados e para povo, mas para o grande capital a conversa é outra - uma nova e substancial redução do IRC ao ritmo de 1% ao ano até 2019; diminuição imediata e extinção da taxa extraordinária para o sector energético; consideração e estudo de redução da TSU para as empresas e uma nova machadada na sustentabilidade da segurança social.-----*

*Não se tenham ilusões, a prosseguir este governo de Passos e Portas, a manter-se esta política das "troikas", em regime de vigilância apertada da Comissão Europeia e Tratado Orçamental pelas mãos do PSD e do CDS ou por outras que as tomem no essencial como suas, como o PS promete, os portugueses só podem esperar o pior!-- Com esta política o País não vai a lado nenhum. Esta é uma política que não serve o povo e não serve o País.-----*

*Neste 25 de Abril, queremos afirmar com confiança que é possível um outro caminho. Que há alternativa ao rumo de empobrecimento do povo e do País, à submissão e à dependência. Que há soluções e respostas para os problemas nacionais, uma política*

*alternativa patriótica e de esquerda capaz de defender a dignidade e independência nacionais, respeitar os direitos e elevar as condições de vida do povo português.-----  
Uma política que claramente assuma os valores de Abril e o projeto consagrado na Constituição da República.-----  
Sim, este é cada vez mais o tempo de defender e afirmar Abril! É tempo de respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e não de a subverter!-----  
Comemoramos Abril pelo que Abril significou e significa no presente, mas também pelo que significará como projeto para o futuro de Portugal!----- Se podemos afirmar que a Revolução de Abril é um momento maior da nossa história, devemos também afirmar com toda a confiança que o melhor do caminho histórico de Abril ainda está para vir e que, mais tarde ou mais cedo, a luta dos trabalhadores e do povo, a luta dos democratas, a luta de todos os que sabem que a história está longe de ter chegado ao fim concretizará finalmente o que ficou entretanto inacabado.-----  
-Nós temos a firme convicção que o generoso projeto de Abril e os seus valores acabarão por se revelar como uma necessidade objetiva na concretização de um Portugal fraterno e de progresso.-----  
Esse é também o nosso combate. O combate para apressar a concretização desse projeto para servir Portugal e os portugueses!"-----*

----- Prosseguindo o período destinado às intervenções alusivas à comemoração do 41.º aniversário do “25 de abril de 1974”, assumiu seguidamente a palavra o representante da bancada da coligação PSD/CDS-PP, senhor José Alberto Martins, com a intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

*“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----  
Excelentíssima Senhora Secretária da Mesa da Assembleia-----  
Excelentíssimo Senhor Secretário da Mesa da Assembleia-----  
Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal-----  
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal-----  
Excelentíssimos Senhores Vereadores-----  
Excelentíssimos Representantes da Comunicação Social-----  
Minha Senhoras e meus Senhores,-----  
Hoje, 24 de abril, comemoramos os acontecimentos e a coragem das pessoas que esperavam o primeiro sinal para avançar em direção à Liberdade.-----  
A 24 de Abril, ao som do “Depois do Adeus” difundido, às vinte e três horas, através da Rádio Clube Português, as unidades militares receberam a primeira senha, tinha chegado o momento de preparação. -----  
Entre a meia-noite e a uma da manhã do dia 25 de abril, o “Grândola Vila Morena”, segunda senha combinada, passava na Rádio Renascença. -----  
Às três horas da manhã as unidades militares saíram para a rua. Estava em marcha a operação militar que resgatou o país das amarras do regime totalitário que durava desde 1933.-----  
Amanhã, dia 25 de Abril, festejamos um acontecimento indelevelmente marcado na História de Portugal e na memória dos portugueses. Damos Vivas à LIBERDADE! É o dia de homenagem a todos aqueles que fundaram a democracia. -----  
A democracia é um regime político que tem na sua conceção ser aberto e livre. Neste sentido, a democracia tem de garantir todos, sem exceção, a possibilidade de decidir o seu próprio destino.-----  
É crucial para a qualidade da nossa Democracia que todos os cidadãos, sem exceção, participem ativamente na discussão e na decisão dos assuntos que dizem respeito ao bem coletivo, e que o façam tanto no seio das famílias, como nas tertúlias, nas associações da sociedade civil, nas organizações políticas ou em qualquer outro local que seja apropriado para esse fim. -----  
Todavia, quem participa nas discussões com o poder político deve ter sempre presente o cuidado de processamento e observação atenta às palavras “BONITAS!”*

*que apenas pretendem ir de encontro aquilo que quer ouvir.*-----

*Por outro lado, o poder político deve ter a capacidade de influenciar o comportamento dos outros numa sociedade. Para tanto basta que o político cumpra meticulosamente os deveres consignados na lei, usos, cortesias e tradições lhe impõe para com os cidadãos e os outros democraticamente eleitos.*-----

*A liberdade concede-nos o direito de dizer aos outros o que eles não querem ouvir desde que dentro dos limites atrás referidos; e deve estar consagrada a liberdade que exigimos para os que pensam como nós, mas que exigimos igualmente para aqueles que discordam daquilo que nós pensamos.*-----

*Contudo, neste exercício legítimo da liberdade, deve também estar presente a noção de responsabilidade.*-----

*Cada um de nós tem de assumir a responsabilidade daquilo que diz e daquilo que faz em nome da liberdade. E deve respeitar o próximo da mesma forma que exige respeito para si mesmo.*-----

*As forças políticas aqui presentes terão em qualquer circunstância o dever de manter a democracia em equilíbrio, propondo novas propostas e deixar para trás o comodismo, a coisa fácil e a falta de exigência.*-----

*Não nos devemos dobrar ao requinte maquiavélico daqueles que pretendem dominar a todo o custo.*-----

*Não seremos demais para pensar o nosso concelho, a nossa região, o nosso país e contribuirmos para um mundo mais solidário, mais justo, mais amigo, afinal um mundo melhor!*-----

*Viva a democracia!*-----

----- Por último, neste período destinado às intervenções partidárias alusivas à comemoração do “25 de abril de 1974”, assumiu a palavra o representante do Partido Socialista, no caso o senhor Vítor Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal*-----

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal*-----

*Exmos. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal*-----

*Exmos Senhora e Senhores Vereadores*-----

*Exmos Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia*-----

*Estimados cidadãos presentes*-----

Viva o 25 de abril.-----

Hoje cumpre-nos e hoje honramo-nos evocar os 41 anos do 25 de abril de 1974.-----

O 25 de abril, mesmo que com alguns reveses ou algumas falhas, foi um acontecimento extraordinário, em que as portuguesas e os portugueses optaram, sem hesitar, pela adesão do nosso país ao conjunto das democracias ocidentais, retirando Portugal do isolamento internacional em que se encontrava e a que havia chegado por ação política de um regime ditatorial e antidemocrático.-----

No 25 de abril de 2015 evocamos os 40 anos das primeiras eleições livres e é através de eleições livres – em que cada cidadão vale um voto e em que todos os cidadãos são iguais – que fizemos as escolhas políticas que se impunham fazer, nestes 41 anos da jovem democracia portuguesa.-----

Em 2015 evocamos de igual modo um 25 de abril de esperança. Em 1974, como agora em 2015, o 25 de abril continua a representar um símbolo de esperança, para uma sociedade mais próspera, mais justa e mais solidária.-----

Em 2015 mantemos a confiança de estarmos a trilhar um caminho longo mas seguro, para que, gradualmente, Portugal e a sociedade portuguesa consigam conquistar plenamente cada um dos principais desígnios da “revolução dos cravos”, os quais eram: democratizar, descolonizar e desenvolver.-----

A democratização tem-se materializado na criação de um sistema político pluripartidário e na realização de eleições livres, tem-se materializado na nova realidade do poder autárquico, tem-se materializado no acesso de todos os cidadãos ao sistema de saúde ou ao sistema de ensino e tem-se materializado com a liberdade de associação, a par da liberdade sindical.-----

A descolonização materializou-se com a conceção da independência a 5 novos países irmãos e continua a materializar-se com a cooperação com benefícios mútuos com esses novos países.-----

O desenvolvimento tem-se materializado no plano económico com uma economia mais competitiva, mais aberta ao exterior e melhores salários e mais direitos laborais para os trabalhadores. O desenvolvimento tem-se materializado no plano cultural com um sistema de ensino universal e com uma rede formal e informal de centros de conhecimento e de saber, a par de centros de investigação tecnológica. O desenvolvimento é um desígnio que continua hoje a ser fomentado e materializado, para que se cumpra abril.-----

Em 2015 julgamos oportuno e útil evocar a esperança, do mesmo modo que julgamos apropriado e justo homenagear todas e todos aqueles que deram o seu contributo

*para a ocorrência daquele acontecimento histórico, que merecidamente protagonizaram.*-----

*Bem haja a todas e todos esses, por isso mesmo.*-----

*Viva o 25 de abril*-----

*Viva Terras de Bouro*-----

*Viva Portugal*"-----

----- Para finalizar e ainda aludindo à efeméride que se comemorou neste dia, assumiu a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Guilherme Alves, com a intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra: -----

*“ Hoje, o 25 de Abril de 1974 é saudade, amanhã comemora-se o 41º aniversário da Revolução de Abril. -----*

*Gostaria desta forma de homenagear os antifascistas, os Democratas, os resistentes e todos aqueles que lutaram para que hoje possamos viver em liberdade e democracia.*

*Comemorar o 25 Abril é não permitir que se apague a memória coletiva de um passado de ditadura, opressão e o heroísmo de milhares de resistentes antifascistas.*

*Comemorar o 25 Abril é passar a mensagem para os mais jovens que com o derrube da ditadura que durou 48 anos, veio o fim da guerra e do colonialismo, veio a democracia.*

*Comemorar o 25 Abril é reafirmar os valores e ideais da democracia, liberdade, igualdade, justiça, solidariedade e fraternidade que as portas de abril*

*Festejando as conquistas, defendendo sempre o que de melhor Abril nos trouxe, mas aceitando como verdade que o que Abril nos prometeu, muito ainda está por cumprir.--*

*Viva o 25 Abril!*-----

*Viva Portugal!"*-----

----- ***Fim do Período de intervenções alusivas ao “25 de abril”.*** -----

----- Logo de seguida, o senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente as justificações dos senhores deputados que se encontram ausentes, tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- Posteriormente, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que mereceu as considerações dos senhores deputados José Alberto Martins e Manuel Cerqueira para solicitação de alterações entretanto realizadas no documento. Sobre o documento o senhor deputado José Alberto Martins proferiu a seguinte declaração e cita-se:

*“Estranhamente este documento não reflete o que se passou e citou dois exemplos: na página 13, falta a descrição do disparo que o Senhor Presidente proferiu «Eu estou*

*cá há cinquenta e três anos e o Senhor acaba de chegar» acerca do ditado popular “Quem não come alhos não cheira a eles” incluído na última intervenção de José Alberto Martins. Além desta falta, provavelmente por lapso, as palavras “alho” e “ele” estão no singular, o certo é estarem no plural. -----*

*Ainda na página 20: «Em seguida, o vereador António Afonso pediu a palavra para defesa da honra. Começou por referir ter sido vítima, na Assembleia Municipal, de acusações falsas feitas pelo senhor presidente da Câmara Municipal e pelo líder da bancada socialista Filipe Mota Pires em relação à avaliação dos lotes do Bairro da Caniçada. O senhor vereador apresentou documentos fornecidos pelos serviços municipais que provam que a avaliação de lotes em valores acima dos quarenta mil euros é da responsabilidade do executivo socialista, uma vez que foi realizada durante o ano de 2010, e não da responsabilidade do último executivo do PSD como pretendem fazer crer.» Fim de citação e intervenção do senhor deputado José Alberto Martins sobre a ata da sessão anterior. -----*

*----- A ata da sessão anterior foi depois submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----*

*----- Iniciado logo depois o período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer as intervenções alusivas ao “25 de abril” e passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou as seguintes informações e esclarecimentos: realizou-se uma reunião em Vila Pouca de Aguiar sobre a pretensão ou decisão do IFADAP de reduzir a área do pastoreio dos terrenos baldios e de como isso poderá prejudicar os agricultores e pastores; sobre a Saúde em Terras de Bouro, assunto já várias vezes abordado, hoje o Senhor Presidente da Câmara Municipal regista com satisfação a inauguração oficial do Centro de Saúde de Terras de Bouro com a presença do senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, concretizando finalmente o desejo de condições dignas para o atendimento e o também anseio das populações com a colocação de mais médicos em Terras de Bouro, que passam a ser cinco, o que, com cerca de oito mil utentes, fará com que toda a população fique abrangida por médico de família. Relativamente ao espaço do Centro de Saúde, o Senhor Presidente da Câmara Municipal quis deixar expresso um especial agradecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro pela cedência temporária das suas instalações durante as obras e à direção do Agrupamento ACES/Gerês Cabreira, igual reconhecimento pelo empenho na colocação dos novos médicos em Terras de Bouro. Sobre os convites tardios ou inexistentes para a inauguração do Centro de Saúde, o Senhor*

Presidente da Câmara Municipal informou que da parte do Município, através do seu Gabinete de Comunicação, todas as informações e contactos foram fornecidos à entidade organizadora, sendo a câmara municipal alheia a qualquer falha ou ao que aconteceu posteriormente.-----

----- Precisamente sobre este último aspeto, usou entretanto da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar também que foi convidado nas duas anteriores ocasiões que estiveram previstas para a inauguração, mas, curiosamente e lamentavelmente, desta vez não pôde estar presente, simplesmente, porque não recebeu nenhum convite.-----

----- Iniciou-se seguidamente o “Período de Antes da Ordem do Dia” com as intervenções iniciais dos senhores deputados José Alberto Martins, Manuel Sousa e Manuel Cerqueira. -----

----- O senhor deputado José Alberto Martins iniciou então a sua intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

*Dirijo-me ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a propósito do excesso de tempo utilizada na última sessão. É certo que devemos cumprir o Regimento estabelecido. Mas, não será de bom-tom ser aplicado a todos os intervenientes desta Assembleia? Tenho tentado expor as preocupações da maneira mais sintética possível e tem por objetivo alertar as sensibilidades para alguns problemas que teimam em não arrancar.-----*

*Não estamos aqui para discutir os assuntos e fazer propostas para melhorar a vida dos que cá vivem?-----*

*Quando aceitamos o mandato não era para estarmos ao serviço da população? Se a sexta-feira não convém à maioria porque não alteramos para o sábado?-----*

*Mais, o erário publico gasta em cada sessão cerca de dois mil euros, não é para tratarmos os assuntos?-----*

*A propósito da expressão «Eu estou cá há cinquenta e três anos e o Senhor acaba de chegar», entendo que esta forma de estar viola a democracia e os princípios ali inseridos que abrangem, nomeadamente, o direito de cidadania, o direito de participação cívica e o bom acolhimento a uma pessoa que decidiu investir e viver em Terras de Bouro, precisamente ao contrário de outros que optam por levar riqueza de Terras de Bouro para outros locais.-----*

*Lamento que o representante máximo deste concelho tenha optado pelo ataque pessoal em detrimento da discussão de ideias e propostas para o concelho, afinal o*

propósito que nos trás cá.-----

Conta da EDP-----

Temos conhecimento que a Câmara recebeu uma estimativa no valor de 150.000,00 por ter usado energia indevidamente, Isto é verdade? A ser verdade, é uma vergonha para todos nós quando dizemos que somos de Terras de Bouro.-----

PDM-----

Nem todas as freguesias tiveram ao dispor dos munícipes os documentos para análise. Podemos saber porquê?-----

As plantas não estão atualizadas. Não seria suposto nesta revisão os documentos estarem conforme o existente?-----

Sobre a Piscina: Tomamos conhecimento que a piscina está pronta. Podemos fazer natação na próxima segunda-feira? -----

----- Seguidamente foi a vez do senhor deputado Manuel Sousa com a sua intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Caros colegas Deputados Municipais,-----

Caros cidadãos, -----

Passo a apresentar as questões, às quais solicito o esclarecimento do Senhor Presidente do Município. -----

1 - Pretendo saber se é verdade que a EDP aplicou uma coima ao município, no valor de 150 mil Euros, por causa do uso indevido de eletricidade para as obras da piscina municipal, feito através de uma ligação não autorizada de um outro ponto de fornecimento de energia? Como foi possível que tal situação tenha acontecido completamente fora da legalidade, sem se pensar nas consequências? Temos conhecimento que já haverá um bode expiatório; sabemos que foi instaurado processo disciplinar a um funcionário que em devido tempo terá denunciado a situação. 2 - Em sessão anterior expus o problema de uma habitação na Travessa do Ramalhão, na Vila do Gerês, em avançado estado de degradação e a necessitar de uma intervenção urgente. Cheguei a felicitar o Sr. Presidente pela pronta intervenção. Entretanto, foi-me dado a conhecer que, para além da demolição da habitação em risco, foi também demolida ou iniciou-se a demolição de outra habitação contígua, sem que essa representasse qualquer risco e até em bom estado de conservação. Ao que consegui apurar foram retirados eletrodomésticos, mobiliário, roupas e tudo o que havia no interior sem qualquer consentimento dos herdeiros e sem qualquer notificação de

demolição. Está ao corrente desta situação? Foi dada ordem de demolição dessa habitação? Com que fundamento a mesma foi feita? O que está a ser feito por parte do Executivo para compensar os lesados desta situação? 3 - Em relação a essa mesma obra de demolição terá ocorrido um acidente, que feriu dois dos trabalhadores. Qual a situação profissional dos mesmos porque, ao que parece, não estavam nas mesmas condições laborais? Ambos estavam cobertos por seguros de acidente de trabalho?4 - Sabemos que a recente visita da Polícia Judiciária às instalações da Câmara Municipal está relacionada com o aumento de capital social da Escola Amar a Terra Verde com a utilização das comparticipações recebidas pelos municípios, incluindo Terras de Bouro. Quais os montantes envolvidos? Qual razão para a presença desta força policial na Câmara Municipal? Há alguma outra informação relevante ao processo que nos possa esclarecer? 5 - Em relação ao PDM entendo deixar a opinião que, pese embora este projeto se encontra bem elaborado e estruturado, o mesmo reflete a degradação do coeficientes de componente humana, social e económica, a área de possível construção diminui e a regulamentação prejudica ainda mais o terrabourense. Procuraremos fazer a nossa participação em sede própria. Sei que existiram pelo menos duas sessões de esclarecimento; no meu entender poderiam ter existido mais, dada a importância do assunto para todos nós. Considero que, até mesmo no Boletim Municipal este assunto poderia ter outro destaque comparativamente a outros assuntos e atividades de menor interesse.6 - Em relação à polémica do lobo, que gerou bastante discussão aqui no concelho e mesmo em alguma comunicação social gostaria de saber a posição do Sr. Presidente em relação ao que pode ser feito, já que foi também um dos rostos desta problemática. Fica do lado da proteção do lobo ou dos pastores? Sendo que o concelho pertence ao Parque Nacional da Peneda-Gerês e fazemos parte da Reserva da Biosfera de que tanto falamos com orgulho, mas com responsabilidades de proteção de espécies como o lobo. Quero dar-lhe conta que, sendo o MPT um partido com tendência ambientalista, somos da opinião que tem de existir um controlo do número de elementos da alcateia e que o PNPG deveria autorizar a colocação de cercados com vigilância para recolha dos rebanhos. -----

Sem mais questões de momento, Obrigado.-----

Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado do MPT, Manuel Sousa. -----

----- E logo depois interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira que começou por perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal qual o destino dado ao

documento que entregou na última sessão, um “abaixo-assinado” sobre a pretensão de construção de um passeio em Vilar da Veiga;-----

----- Ainda o mesmo deputado e agora dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, questionou os seguintes temas; a não sinalização de umas lombas na via, também em Vilar da Veiga; o que é que se passa com a Piscina de Paradela, já que existe um “abaixo-assinado” que terá como objetivo a recolha de assinaturas para não deixar fazer as obras nos moldes que se pretendem e ainda em Paradela, a questão do saneamento e o que está ser feito sobre esse assunto, finalizou o senhor deputado Manuel Cerqueira nesta fase. -----

----- Seguidamente interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal para responder às questões a si colocadas e afirmou que todos podem colocar as suas questões, uma, duas ou até três vezes, mas de uma forma sintética e com o devido uso do tempo destinado ao período de antes da ordem do dia, o que nem sempre se afigura fácil. No que diz respeito ao “abaixo-assinado” entregue à mesa, foi encaminhado para os erviços para o tratamento normal da documentação. -----

----- De seguida, iniciou-se o primeiro período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal aos Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal saudou todos os presentes e aludiu também ao “25 de abril” e de como este acontecimento contribuiu decisivamente para o desenvolvimento social e político do país, enaltecendo a contribuição dos ex-combatentes e deixando também uma palavra de elogio para as intervenções de hoje, sobre a “Revolução dos Cravos”, das bancadas políticas da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. -----

----- Em seguida e sobre a intervenção do senhor deputado José Alberto Martins, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse discordar completamente das suas afirmações, a respeito da intervenção na última sessão da Assembleia Municipal, pela simples razão que não foram feitas considerações desrespeitosas de ordem pessoal nem foi feito nenhum ataque nesse sentido, tal justificou-se na altura, pela situação de confronto político e só e simplesmente nesse âmbito, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Mais reiterou que não feriu a dignidade do senhor deputado e que, se esse fosse o entendimento, prontamente reconheceria o seu erro. Sobre o valor de cento e cinquenta mil euros relativo a uma possível conta ou coima devida à EDP pela utilização de energia elétrica na piscina municipal, o Senhor Presidente desconhece tal situação, não a considera com o mínimo de fundamento, sendo que, há pouco tempo, foi até requisitado um contador para resolver a situação provisória da

piscina municipal quanto ao uso de energia elétrica. Também sobre esta matéria, não existe nenhum processo disciplinar em curso a qualquer funcionário da câmara municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou também que assim que teve conhecimento da ligação provisória que existia no fornecimento de energia elétrica à piscina municipal, tomou medidas imediatas para resolver o caso com a EDP. Relativamente ao PDM, o Senhor Presidente informou que deu ordens à equipa que está a coordenar o processo para fornecer às juntas de freguesia todos os elementos necessários para eventuais informações aos interessados, mas reconhece que por alguma razão, alguns dias depois algumas juntas ainda não tinham essa documentação, o que foi feito de imediato e ainda assim espera-se que os munícipes não fiquem e não fiquem, de certeza, prejudicados com essa situação. Aliás, na câmara municipal e nos próprios serviços de Planeamento e Urbanismo, as pessoas têm elogiado a forma como têm sido atendidas, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Sobre a atualização das plantas na revisão do PDM, o Senhor Presidente esclareceu que foram utilizadas as plantas e cartografia dos anos de dois mil e seis e dois mil e sete, que eram as que estavam em vigor na abertura do processo de revisão do PDM e que, durante o longo período de revisão, não seria oportuno alterar a cartografia porque isso implicaria retrocesso no percurso dos trabalhos de revisão. Já sobre a piscina municipal, esta encontra-se pronta há uma semana e talvez na próxima semana esteja a funcionar, faltando afinar alguns pormenores de fornecimento de energia elétrica. Ainda a este respeito, o Senhor Presidente informou sobre a necessidade de contratação de um professor de natação para a piscina municipal. -----

----- Depois e já sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aludiu à demolição das “casas amarelas” efetuada na vila do Gerês, os trabalhos incidiram sobre o que estava em perigo de derrocada e, na verdade, no local há uma casa que não está em perigo e não irá ser alvo de demolição. Pois se dessa habitação foram furtados eletrodomésticos, a câmara municipal lamenta muito, como é óbvio, mas não tem qualquer responsabilidade sobre isso, cabendo às entidades policiais atuarem mediante apresentação de queixa dos particulares e donos da referida casa. Nessa mesma intervenção aconteceu um acidente, informou o Senhor Presidente, com dois funcionários que ficaram ligeiramente feridos, sendo que a situação foi prontamente resolvida, deslocando-se os trabalhadores ao hospital por mera precaução. No que diz respeito à presença da

Polícia Judiciária na câmara municipal, confirma-se essa situação, como também esteve presente nas outras autarquias que estiveram envolvidas na alienação do capital da EPATV e essa foi a razão da sua presença em Terras de Bouro. A Polícia Judiciária, continuou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, está a investigar e quis saber junto do executivo se o processo de adjudicação dos cinquenta e um por cento do capital da EPATV foi ou não benéfico para o município e em que moldes foi realizado, em conjunto com os outros municípios, aliás decisões tomadas em reuniões dos executivos municipais e das respetivas assembleias municipais, frisou o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Sobre a revisão em curso do PDM, as eventuais propostas são muito bem-vindas, aliás tudo o que possa melhorar o documento é muito bem-vindo e já relativamente ao “problema dos lobos em Terras de Bouro”, o Senhor Presidente disse ser um defensor da natureza, mas também não é menos verdade que não podem ser os agricultores e os pastores de Terras de Bouro a sustentar os lobos e a suportar os enormes prejuízos que estes causam, pois, perante os procedimentos atuais é extremamente complicado e moroso o assumir das responsabilidades por parte do ICNF, o que se lamenta e não é admissível, face à importância destas atividades económicas no concelho de Terras de Bouro. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira e sobre o abaixo-assinado referido, as pessoas têm que compreender as dificuldades por que passa a câmara municipal para honrar, como tem feito, os seus compromissos e estamos a falar de uma obra de cerca de quatrocentos mil euros, um valor muito considerável, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. No entanto, afiançou o Senhor Presidente que esta intervenção está na lista de prioridades do município no que diz respeito a obras com financiamento eventual contemplado no Programa dos fundos comunitários “Norte 2020” e só dessa forma, face às dificuldades financeiras, se poderá concretizar a construção de tal passeio. Não poderemos esquecer, como sublinhou o Senhor Presidente, que as restrições e reduções orçamentais vieram reduzir e muito a capacidade dos municípios para certos investimentos e daí a necessidade do enquadramento dos mesmos nos financiamentos comunitários. Ainda ao senhor deputado Manuel Cerqueira e sobre as lombas em Vilar da Veiga, trata-se de uns declives no asfalto resultantes de umas obras e o assunto irá ser tratado em breve; quanto à Piscina de Paradela o que se passa, informou o Senhor Presidente, é que a Associação de Paradela solicitou a autorização e o apoio da câmara municipal para obras na estrutura e como o

município não tem capacidade para tal, existe a possibilidade da EDP contribuir para as mesmas, já que o facto de a piscina ter mais de cinquenta anos obriga a uma intervenção de melhoria e segurança, principalmente na parte mais funda da mesma. Ora, sobre isto mesmo, o senhor Vice- Presidente discorda do teor da intervenção, o que é natural, ter opiniões diferentes também faz parte da vida política e quanto ao abaixo-assinado mencionado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse desconhecer o mesmo, pois ainda nada chegou à câmara municipal. -----

----- Sobre este último assunto, pediu novamente a palavra e interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira para reafirmar a existência do abaixo-assinado em Paradela e que deste consta a oposição à realização das obras nos moldes que se pretende. -----

----- Logo depois, o Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a sua intervenção para dizer que a piscina de Paradela é da câmara municipal que fará ou autorizará a realização das obras que estiverem dentro da legalidade exigida e servirem o interesse das muitas pessoas que têm vindo a frequentar aquele espaço. Por último, respondendo ao senhor deputado Manuel Cerqueira sobre o saneamento em Paradela, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se vai inteirar da situação junto dos serviços municipais. -----

----- Posteriormente iniciou a sua intervenção o senhor deputado Filipe Mota Pires com uma alusão à inauguração oficial do Centro de Saúde de Terras de Bouro, congratulando-se com esse facto e também com a situação de, finalmente, Terras de Bouro ter uma cobertura de cem por cento de utentes com médico de família, enaltecendo o esforço dos Bombeiros, da Junta de Freguesia de Moimenta, do Executivo e dos munícipes que contribuíram para que esta situação chegasse a bom termo depois da intervenção no Centro de Saúde. Não deixou também o senhor deputado de registar e cita-se "a forma atabalhoada como a inauguração aconteceu sem convites para a assembleia municipal e para o povo de Terras de Bouro, o que se lamenta profundamente, talvez devido a algum receio de acontecer alguma manifestação", fim de citação da intervenção do senhor deputado Filipe Pires.-----

----- Seguidamente foi a vez do senhor deputado João Luís Esteves iniciar a sua intervenção nos moldes que de seguida se transcrevem:-----

*"Sr. Presidente da Assembleia Municipal-----*

*Sr. Presidente da Câmara Municipal-----*

*Sr.ª e Exmo. (s) Sr.º (s): Vereadores-----*

Sr.<sup>a</sup> (s) e Sr. (s). Membros da Assembleia Municipal-----

Minhas Sr.<sup>a</sup> e Meus Sr. (s):-----

----- Na última assembleia municipal, o Sr. Presidente referiu que o valor da hipoteca do terreno do Parque das Gordairas seria de 37.000,00€, tivemos conhecimento que essa hipoteca seria de cerca de 10.000,00€, qual o verdadeiro valor? Quantos anos têm essa hipoteca? Ainda existe?-----

----- No que respeita ao centro interpretativo do Garrano, o Sr. Presidente afirmou o seguinte: “não sei para que serve o centro interpretativo do garrano, não temos a tradição da prática equestre no nosso concelho”. -----

----- Sr. Presidente, este centro Interpretativo nunca teve como objetivo a prática equestre, mas sim, **preservar e promover o Garrano**, este sim o seu verdadeiro propósito. Assim sendo, poderíamos aproveitar o centro para introduzir a prática equestre e fundamentalmente **preservar e promover o Garrano**. Como está a resolução da dinamização deste centro?-----

----- Gostaria ainda de colocar uma última questão ao Sr. Presidente, e esta referente ao centro Interpretativo dos Moinhos (St.<sup>a</sup> Isabel). Porque está o centro Interpretativo do Moinhos encerrado? Qual a estratégia que o atual executivo tem para este equipamento municipal?-----

Em 2008 e 2009, era visível durante os fins de semana e não só, a movimentação de turistas no vale do homem, o trilho dos moinhos era um dos que tinha imensa procura. A dinamização da economia local (pequeno comércio) sentia-se no terreno, isto é, havia uma dinâmica na economia local. Posto isto, para quando está prevista uma melhor dinamização destes trilhos (vale do Homem)? Neste momento não se sente essa dinâmica na economia local.” Fim de transcrição e intervenção do senhor deputado João Luís Esteves. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado António Lages que se transcreve:-----

“No dia 5 do mês de abril, ocorreu um atentado ambiental no rio Gerês, uma descarga ilegal, proveniente de fonte não identificada, contaminou as águas, matando centenas de peixes. Os rios são poluídos pela contaminação de hidrocarbonetos, detergentes e lixívias, são ainda causas de poluição os lixos diversos. Os resíduos lançados nos rios provocam verdadeiras hecatombes nas comunidades aquáticas, sendo particularmente notados os seus efeitos sobre os peixes. O rio Gerês que atravessa o Centro da Vila e a embeleza com o seu curso de água, deve ser olhado por todos como fonte de vida, a água entre os bens que a natureza nos oferece é uma substância essencial á

*sobrevivência humana. Este é o alerta que vos deixo ao qual certamente todos serão sensíveis.*” Fim de transcrição e intervenção do senhor deputado António Lages.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou logo depois o segundo período de respostas aos senhores deputados e depois de registar e reconhecer as palavras do senhor deputado Filipe Mota Pires, respondeu à intervenção do senhor deputado João Luís Esteves, começando por referir que a informação que possui, prestada pelos serviços municipais competentes, é que existe uma hipoteca de parte do terreno do futuro Parque da Vila. O que está em causa é o executivo municipal anterior ter pago na totalidade, pelo montante de trinta e sete mil euros, um terreno hipotecado, sem escritura de compra e venda, apenas com uma “promessa de compra e venda”. Por isso, o referido terreno ainda não está registado a favor do Município. No que concerne ao Centro do Garrano, a estrutura foi entregue anteriormente a uma empresa privada de Terras de Bouro, sem concurso e sem licença de utilização, o que tem criado a este executivo problemas para resolver a questão. O que está em curso, para resolver a ilegalidade do executivo anterior, é a cedência do Centro do Garrano a uma Associação Local de Defesa e Promoção do Garrano. Sobre o Centro de Interpretação dos Moinhos de Santa Isabel do Monte, além de um problema de infiltração de águas pluviais que já foi resolvido, o executivo em permanência não considera oportuno manter aquele Centro aberto todo o ano. Para já, irá abrir ao fim de semana e no verão todos os dias. No entanto e por marcação prévia, o Centro Interpretativo poderá abrir em qualquer dia e quanto ao Trilho dos Moinhos continua a ser dos mais procurados e utilizados. -----

----- Sobre este último aspeto, o senhor deputado João Luís Esteves pediu novamente a palavra para referir que já em dois mil e nove o município organizava os trilhos, com este em evidência e que também tinham muita procura. -----

----- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a responder seguidamente, dizendo que atualmente o município promove a realização de 160 trilhos anuais, inclusive o dos Moinhos, situação de enorme sucesso que só é possível através das excelentes parcerias e protocolos que têm sido feitos com associações do concelho, sublinhado ainda que assim se poupa bastante dinheiro em seguros e horas extraordinárias, aumentando a divulgação e promoção dos trilhos de Terras de Bouro. Continuando e à intervenção do senhor deputado António Lages, o Senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou a sua igual preocupação pela situação denunciada de poluição do rio Gerês, sendo que o caso é condenável e estará entregue às

autoridades para investigação do sucedido, finalizou, neste período, o Senhor Presidente.-----

----- Posteriormente interveio a senhora deputada Sónia Coura para fazer um pedido de esclarecimento relativamente ao saneamento básico em Choreense e quais as perspectivas de reparação rodoviária relativamente à situação preocupante da Curva do Barreiro, também na freguesia de Choreense. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Adriano Afonso que começou por lamentar a situação vivida com os convites, ou a falta deles, para a inauguração do Centro de Saúde. Depois referiu-se à colocação das plantas “japoneiras” na piscina municipal, uma boa e bonita ideia, ainda que não tenha sido eventualmente barata, pela qualidade evidente das plantas, o que também deixa em aberto a possibilidade de um horto no concelho como investimento, porque não, sublinhou o senhor deputado, seria interessante, já que não existe nada desse ramo em Terras de Bouro. Por último, o senhor deputado Adriano Afonso referiu-se às paisagens fabulosas do Rio Homem e zona envolvente e de como se deviam aproveitar convenientemente para o turismo essas potencialidades naturais.-----

----- Neste período, a intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Alexandre Pereira que também se referiu à lamentável ausência do convite para a inauguração oficial do Centro de Saúde de Terras de Bouro e de como o seu partido e os seus deputados Agostinho Lopes e Carla Cruz, além de ele próprio nesta assembleia, muito terem lutado para que a melhoria das condições de saúde em Terras de Bouro fosse uma realidade. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor deputado Alexandre Pereira falou depois sobre a sua presença em Vila Pouca de Aguiar na reunião havida sobre os baldios e de como existe a pretensão do IFADAP de reduzir as áreas de pastoreio dos baldios, em alguns casos, na ordem dos setenta e cinco por cento o que prejudica e sanciona gravemente os agricultores.-----

----- Logo depois o mesmo deputado pediu esclarecimentos sobre outros assuntos, nomeadamente, a possibilidade de um desfile de moda na vila do Gerês, à semelhança do que se realiza na sede do concelho, a situação dos conflitos com os lobos em Terras de Bouro e a relação do município com a EPATV. -----

----- Também nesta fase, pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para referir nunca ter visto tantas referências à Saúde em Terras de Bouro como nesta sessão e há que realçar e cita-se “a César o que é de César, uma vez que foi o Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta que mais pugnou pela

concretização da melhoria das condições do Centro de Saúde de Terras de Bouro, que não se resume à sede do concelho, mas também à extensão de Rio Caldo, tanto ao nível de médicos como de assistentes técnicos e operacionais e que o empenho deve existir sempre para resolver as questões que afetam o concelho, frisando também a importância da inauguração oficial do Centro de Saúde e o seu simbolismo, aliás como frisou no próprio dia, o senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo”, fim de citação e intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reiniciou outro período de respostas aos senhores deputados. À senhora deputada Sónia Coura retorquiu que a freguesia de Chorense está quase toda ligada ao nível do saneamento básico, faltando apenas ligar o Lugar da Aldeia, que já tem a rede instalada no terreno e o Lugar do Casal que é, sem dúvida, mais complicado quer a nível financeiro como técnico. Tratam-se, no entanto, de situações a resolver tendo em linha de conta a disponibilidade de fundos comunitários para o efeito, informou o Senhor Presidente. -----

----- A curva do Barreiro, questão igualmente colocada pela senhora deputada Sónia Coura, mereceu da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal a resposta de que está a ser ultimado processo da obra e a consequente disponibilidade do empreiteiro para avançar logo que possível. -----

----- Relativamente às palavras do senhor deputado Adriano Afonso e sobre as camélias colocadas na piscina municipal, tratou-se de uma solução interessante que embeleza e muito o espaço. No que diz respeito à potencialização dos recursos naturais do Rio Homem, o Senhor Presidente da Câmara Municipal concorda com essa valorização e referiu-se à nova estrutura implementada na renovada zona balnear do Rio Homem, em Moimenta, como sendo o exemplo a seguir do esforço do investimento na área do turismo, sendo que, também é certo, há sempre muito trabalho ainda por fazer na área do turismo e da divulgação do concelho. -----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal expressou, igualmente, a sua preocupação pela anunciada redução da área de pastoreio, com a agravante de ter critérios muito subjetivos. No que diz respeito ao desfile de moda, há um evento que se realiza, bipartido no natal e no verão, em Moimenta e em parceria com a Junta de Freguesia de Moimenta, o que significa que semelhante situação poderá acontecer, igualmente e naturalmente, na freguesia de Vilar da Veiga e, mais concretamente, na vila do Gerês. Aliás, o Gerês tem sido palco dos maiores eventos desportivos promovidos no nosso concelho desde

que há memória e não há razão, sublinhou o Senhor Presidente, para “bairrismos desnecessários”.-----

----- Sobre o assunto do desfile de moda interveio precisamente a senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Liliana Machado, comunicando que já existem contactos com Junta de Freguesia de Vilar de Veiga para a realização do evento na vila do Gerês. -----

----- Neste período interveio também o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para dizer que o evento “Moda em Movimento” é uma iniciativa da junta de freguesia com muito bom acolhimento e cooperação da câmara municipal e outros eventos, como o *Gerês Granfondo*, por exemplo, nem são comparáveis a este devido à sua própria natureza. -----

----- Logo depois o Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a sua intervenção e sobre as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta sobre a saúde em Terras de Bouro, ressaltou o fundamental e realçou positivamente a situação atual de cobertura médica, dizendo que futuramente se verá o verdadeiro impacto das mudanças agora operadas na saúde em Terras de Bouro já que foram colocados mais médicos no concelho, mas veremos até quando se manterá a atual situação. -----

----- O uso da palavra foi concedido logo depois ao senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte que quis destacar o tratamento dado aos presidentes de junta nesta assembleia que muitas vezes parecem e cita-se “mais uns convidados destas reuniões do que seus membros efetivos, isto porque são quase sempre referenciados em último lugar nas apresentações e isso reflete-se nas atas”, fim de citação e intervenção do senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte. -----

----- No seguimento desta última intervenção, usou seguidamente da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal que esclareceu que os senhores presidentes de juntas de freguesia desempenham muito bem o seu papel enquanto representantes eleitos das suas freguesias nesta assembleia, sem que, de maneira nenhuma exista alguma discriminação em relação a isso. Ainda o senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas agora sobre o convite para a inauguração do Centro de Saúde, deixou claro que não compareceu porque não recebeu ou não teve conhecimento até à data de qualquer convite, o que lamenta e ressalva sendo a área da saúde uma questão que lhe diz muito, como todos sabem.-----

----- Também sobre a Saúde em Terras de Bouro interveio novamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para frisar que, apesar do empenho

manifestado em muitas ocasiões, não se compreende como é que a saúde no concelho chegou ao nível que chegou, ansiando agora que tal situação melhore de facto. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se registando qualquer intervenção. -----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos com os seguintes pontos:-----

**1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto – Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de ; -----**

**3. Análise e votação da segunda revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze; -----**

**4. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e catorze. -----**

----- O período da Ordem do Dia iniciou-se então com a apresentação da situação económica e financeira do Município, começando o Senhor Presidente do Município por referir os montantes da receita e da despesa do Município até ao momento. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do município realizadas entre o dia vinte e oito de fevereiro e o dia desta sessão. -----

----- Referiu então, sobre a Divisão de Obras Municipais, a reabilitação do passeio em madeira de Rio Caldo (entre pontes) e relativamente à Divisão de Planeamento e Urbanismo, deu conhecimento da atividade de concessão de várias licenças de utilização e construção, além da conclusão para breve da discussão pública do PDM, assim como emissão de certidões de interesse municipal e sobre a subunidade dos Serviços Urbanos e Ambiente, informou sobre a saída em definitivo dos quadros do município do senhor Engenheiro Alfredo Carvalho, o que deixou a Unidade Orgânica da USUA sem quadro dirigente.-----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente do Município comunicou e abordou ainda os seguintes assuntos: a presença de Terras de Bouro na *BTL-2015*; as atividades do Centro Municipal de Valências e do Serviço Municipal de Apoio ao Consumidor; o sucesso do desfile de Carnaval; o Fim de Semana Gastronómico; a realização de provas desportivas e caminhadas; as ações do Projeto Bem Envelhecer;

a implementação, primeira e única a nível mundial, para já, de um sistema de identificação de cores para daltónicos na sinalização dos trilhos pedestres e em que o concelho de Terras de Bouro se torna assim pioneiro, o III Festival das Caminhadas e a realização de mais uma edição do Ultra Trail da Geira que trouxe até ao nosso concelho cerca de quatrocentos e cinquenta atletas. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o primeiro ponto não se registaram intervenções. -----

----- Posteriormente e já sobre o segundo ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta segunda revisão ao orçamento municipal, no valor de quatrocentos e vinte e nove mil euros, se deve à inclusão financeira de verbas retidas anteriormente no que diz respeito a impostos como o IUC, o IMI e a um projeto de eficiência energética aprovado pelo QREN. -----

----- Reaberto o período de inscrições e sobre o segundo ponto interveio o senhor deputado do MPT, Manuel Sousa, fazendo um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o projeto de eficiência energética. -----

----- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu de imediato que o projeto de eficiência energética visa a colocação de reguladores de fluxo luminoso na iluminação pública e a substituição de algumas luminárias por outras mais eficientes.

----- Colocado seguidamente à votação, o segundo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado do MPT. -----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, **“Análise e votação dos Documentos de Prestações de Contas relativos a 2014”**, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para proceder à apresentação destes “Documentos”. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o acompanhamento e colaboração do Dr. Paulo Antunes, dirigente da Unidade Orgânica de Administração e Gestão Financeira do Município de Terras de Bouro, apresentou uma exposição detalhada sobre os documentos de prestação de contas, acompanhada da exibição de um *powerpoint*.-----

----- Terminada a exposição do relatório de atividades e contas do Município, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para quem desejasse comentar ou avaliar a apresentação dos documentos de prestação de contas que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de expor. -----

----- Registaram-se as inscrições dos senhores deputados José Alberto Martins, Manuel Sousa e Filipe Mota Pires. -----

----- O senhor deputado José Alberto Martins usou seguidamente da palavra conforme de seguida se transcreve:-----

----- *“O Senhor Presidente acaba de dizer que a dívida do anterior executivo era de 5.400.00,00 euros. Convém também lembrar o método das partidas dobradas. O registo representa de um lado a dívida e do outro lado ativos adquiridos. O compromisso assumido em outubro de 2013 com a escola EPATV foi registada contabilisticamente em 2014?-----*

*O resultado negativo do exercício deve-se apenas às depreciações do exercício?----- Os gastos com prestações de serviços externos são cerca de 50% dos gastos com Pessoal. Pode fazer o favor de nos informar as subcontas mais relevantes da prestação de serviços externos.-----*

*O Senhor Doutor é um especialista nesta matéria. Estão incluídos gastos com jardinagem?-----*

*É certa a referência que acaba de ser feita pelo Senhor Presidente acerca da certificação legal das contas e do relatório e parecer do auditor externo, mas também é preciso referir que o ponto 2 da certificação legal das contas faz referência às responsabilidades: É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.-----*

*O Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património e portanto não dispõe de cadastro de inventário para os bens contabilizados conforme disposição legal. Temos um prazo estabelecido para terminar a inventariação?” - fim da intervenção do senhor deputado José Alberto Martins.-----*

----- O senhor deputado do MPT, Manuel Sousa, deu então início à sua intervenção sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos e que também se transcreve na íntegra:

---- *“Em relação ao relatório de contas a que tivemos acesso, concordo com a posição manifestada pelo auditor externo, em relação ao grau de execução orçamental que é considerado razoável, nas condições atuais. Aliás, o termo descrito pelo revisor de contas que abona a atual administração municipal é: satisfatório.-----*

*- Tal como no ano passado, elogiamos novamente a amortização de dívida a médio e a longo prazo em 10,5%. Tem vindo a cumprir com o pagamento regular às entidades*

*financeiras – outra coisa não era esperada. - Elogio também o trabalho desenvolvido com o Centro Municipal de Valências. - Por sua vez, é preocupante o aumento de dívidas a terceiros de 73 mil Euros para 401 mil, no final de 2014, ou seja, verifica-se um acréscimo de mais de 400% na dívida a terceiros. Pelo que as nossas intervenções nesta assembleia dando conta das preocupações quanto ao tardio pagamento de fornecedores têm razão de ser. - A Câmara Municipal prepara-se para contabilisticamente fazer prescrever dívidas de clientes, na sua maior parte de consumo de água, 156 mil Euros, e outras de outra natureza como a dívida da Sociedade Imobiliária Europa Ar-Lindo, SA, no valor de 60 mil euros, que devido à tardia ação executiva instaurada pela administração municipal tudo leva a crer que o seu desfecho venha a aumentar os encargos municipais. -----*

*- Continuamos a estar preocupados com o desenvolvimento do nosso concelho e as dificuldades que este atravessa na fixação de população e no acesso ao emprego. Existiu o apoio a 112 cidadão com projetos financiados pelo IEFP e estágios que são uma possível medida de empregabilidade, mas a curto prazo e que não garantem o futuro de todas estas pessoas, para as quais não existem alternativas senão os estágios e com grande dependência do município, que continua também dependente das transferências Estatais e que na sua maioria, 56% a 70%, são para os salários e encargos com o pessoal – contrariamente aos 36% que o Sr. Presidente há pouco falou, basta verificar no Relatório de Gestão, pág. 14. Esta administração municipal continua a estimular a empregabilidade precária sem que se encontre soluções para a fixação das famílias e dos jovens neste concelho. Criar um núcleo urbanístico para fixar atividades económicas na área da agricultura, pequena indústria e prestação de serviços, isso sim gera postos de trabalho e fixação populacional. - A continuidade na aposta da educação é uma prioridade que este executivo deve manter e na medida do possível reforçar. -----*

*Consideramos preocupante o desvio em relação aos subsídios pagos em mais do dobro, 204.835 Euros na despesa paga comparado com os 101.000 Euros previstos. - Fica assim registado que o MPT votará contra a gerência das contas do Município, pelos motivos apontados, mas dá um voto de agradecimento pelo trabalho realizado na organização deste documento à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, na pessoa do seu dirigente.” Fim da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT. -----*

*----- Por último e sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos, interveio o senhor deputado do Partido Socialista, Filipe Mota Pires que começou por elogiar a*

apresentação dos *Documentos de Prestações de Contas relativos a 2014*, pelo conteúdo e possibilidade de todos ficarem devidamente esclarecidos e elucidados sobre os mesmos. Com efeito, prosseguiu o senhor deputado, destaca-se a dinâmica deste executivo, o que fez aumentar até um pouco a despesa, mas que acaba por ser natural e até muito bem justificado por todo o trabalho desenvolvido com os destaques que o concelho tem tido tanto a nível nacional como internacional, ao assumir a realização de tantos e importantes eventos desportivos e culturais, além do retorno que isso concede a Terras de Bouro, sublinhou o senhor deputado. Nunca tanto como agora, frisou, se concederam tantos apoios sociais, desportivos e associativos, nomeadamente para a prática do futebol, parece até que nunca houve tantos praticantes da modalidade no concelho como agora, o que se saúda. Mais salientou o senhor deputado o facto de as taxas não serem aumentadas há já alguns anos e que medidas como o recente FAM (Fundo de Apoio Municipal) só prejudicam concelhos como o de Terras de Bouro que cumpre com as suas obrigações. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou logo depois a palavra para esclarecer o senhor deputado Manuel Sousa que a dívida da empresa ACF está em execução no valor de sessenta a mil euros e que a despesa com o pessoal é de quarenta e três por cento e não de cinquenta e seis por cento como referiu. -----

----- Por último, o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi colocado à votação, sendo os *Documentos de Prestações de Contas relativos a 2014*, aprovados por maioria com cinco abstenções e um voto contra. -----

----- Sendo zero horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

